

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

FLÁVIO SETTE VIANNA AMADO

**JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: uma reflexão sobre o fornecimento de
medicamentos no sistema público de saúde**

Rio de Janeiro
2013

FLÁVIO SETTE VIANNA AMADO

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: uma reflexão sobre o fornecimento de medicamentos no sistema público de saúde.

Dissertação submetida à Universidade Estácio de Sá (UNESA) com área de concentração em Direito Público e Evolução Social, na linha de pesquisa Direitos Fundamentais e Novos Direitos, para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Professor Doutor Nilton César Flores.

Rio de Janeiro
2013

A481j Amado, Flávio Sette Vianna

Judicialização da Saúde: uma reflexão sobre o fornecimento de medicamentos no sistema público de saúde. Rio de Janeiro, 2013.
219 f. : 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Direito)– Universidade Estácio de Sá, 2013.

1. Direitos Fundamentais. 2. Medicalização. 3. Sistema Único de Saúde.
4. Judicialização da saúde 5. Diferença. I-Título

CDD 341.27



Estácio

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

A dissertação

***JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: UMA REFLEXÃO SOBRE O FORNECIMENTO DE
MEDICAMENTOS NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE***

elaborada por

FLÁVIO SETTE VIANNA AMADO

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Direito como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM DIREITO

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof Dr Nilton Cesar Flores
Presidente
Universidade Estácio de Sá

Prof Dr Humberto Dalla
Universidade Estácio de Sá

Profª Drª Renata Braga
Universidade Gama Filho

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Janete e Amauri, grandes mestres, por todo amor e ensinamentos que recebi. Amor dado de forma altruísta, que de tão importante relegou à segundo plano seus próprios sonhos de viver. Esta conquista é deles.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela sabedoria e força para caminhar, aprender e conquistar, sem Ele nada disso seria possível.

Agradeço imensamente a minha doce esposa Lúcia, grande incentivadora, por todos os sacrifícios realizados em prol desta conquista.

A pequena e amada Letícia, que compartilha desse momento mesmo estando na barriga da mamãe Lúcia, fato comprovado pelos saltos de alegria no líquido amniótico.

Meus pais, Amauri e Janete, por me orgulhar da onde vim e, saber pra onde devo ir. Assim se aprende a andar em qualquer idade.

Meus irmãos, Tatiana e Diego, a quem sacrifiquei momentos de convivência, mesmo assim compartilham com a minha felicidade.

Meus cunhados, André, Fátima e Luis, pelos auxílios diretos e indiretos que recebi, além de minha sogra, Alcidéa, por tudo que ela tem feito.

Sou grato a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Direito, que concorreram para este resultado final, dentre eles a Profa. Dra. Vanice Regina Lírio do Valle, minha primeira orientadora, e Prof. Dr. Humberto Dalla Bernardina de Pinho, pelas observações feita na banca de pré-qualificação, que foram plenamente observadas.

Em especial, minha orientadora anterior Profa. Dra. Renata Braga Klevenhusem, pela dedicação, ensinamentos e sábias cobranças, que me proporcionaram um amadurecimento acadêmico.

Ao Prof. Dr. Nilton César Flores, meu atual orientador, pelos ensinamentos e por conduzir este trabalho acadêmico até a defesa.

Meu colegas mestrandos, companheiros de luta nesta árdua caminhada acadêmica.

Obrigado.

Se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria desnecessária.

Karl Marx

A primeira igualdade é a justiça.

Victor Hugo

RESUMO

A presente dissertação de mestrado apresenta como objeto o direito social da saúde, ao menos de forma ampla. De forma estrita, a medicalização da vida ganha relevo. Com o advento da Constituição Cidadã de 1988, o sistema público de saúde permutou de segregador para inclusivo, através de regras e princípios como o da universalidade, o da equidade e o da integralidade. Nesse último princípio está fundamentado o acesso a medicamentos gratuitos, contudo alguns fatores como o consumismo em saúde e o avanço tecnológico dos itens sanitários, com um custo cada vez mais elevado, oneram os valores dos investimentos, colocando em risco as políticas públicas desta área. Muitas pessoas recorrem ao Sistema Único de Saúde para a obtenção de fármacos, geralmente os indivíduos que possuem um patrimônio mais elevado e que são assistidos por operadoras de saúde suplementar. É cada vez maior a procura de medicamentos através do Poder Judiciário, o que é demonstrado no capítulo quarto, o que recebe a denominação de judicialização da saúde. Os magistrados examinam as demandas e, aplicam a microjustiça, conforme os limites estruturais do Judiciário. Ao final, são propostos alguns critérios que devem ser seguidos para garantir a viabilidade do SUS.

Palavras chaves: Medicalização. Sistema Único de Saúde. Judicialização da saúde.

ABSTRACT

This master's degree dissertation, developed in ambit of Research Line "Fundamental Laws and New Laws" and the project "Judicialization of Health: the economic and social impacts of law decisions facing of health right in Rio de Janeiro State", supported by FAPERJ, approaches the judicialization process resultant of medicalization of life and the impacts in universalization of health right. The human aging is seen as a social problem, according health ideal, because it is directly linked with job absence, social exclusion and illness. With the advent of Citizen Constitution of 1988, public health system changed to segregating for including, by rules e principles as universality, equity and integrality. The universality principle puts health as a right linked to citizenship, being an obligation of State and a right of all who are on Brazilian land. The integrality principle founds access of free medicaments, however some factors as health consumerism and technological advance of sanitary items, with an increasing high cost, taxes investments values, putting on risk public politics of this area. The magistrates examines lawsuits, applies microjustice, accordingly the structural limits of judiciary, what can be verified on empiric data about juridical demands proposed in the period between 2002 and 2006, in the states of Rio de Janeiro and São Paulo, and the second study comprehends only the year of 2006. In the end, some criterions are proposed and should be followed to guarantee the viability of SUS.

Keywords: Medicalization, Unique Health System; Judicialization of health.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 – MEDICALIZAÇÃO DA VIDA.....	16
1.1 – Medicina e a Medicalização da Vida.....	16
1.1.1 – A importância da beleza para a sociedade.....	16
1.1.2 – A medicalização na busca da beleza.....	17
1.1.2.1 – nascimento e evolução da medicina da beleza.....	18
1.1.2.2 – A beleza pelas lentes do especialista.....	19
1.1.2.3 – Definição biológica da beleza.....	21
1.1.2.4 – Influência social da beleza.....	22
1.1.2.5 – Patologia estética e intervenção médica.....	23
1.1.3 – A responsabilidade médica na definição da beleza.....	27
1.2 – A medicalização.....	29
1.2.1 – O discurso social influenciado pela medicalização.....	31
1.2.2 – A promessa de medicação para todos os males.....	35
1.2.3 – Os medicamentos e a tecnologia.....	37
1.3 – A construção de uma cultura de consumo na saúde.....	39
1.4 – Reflexões sobre a biopolítica.....	42
1.4.1 – A influência da morte no ideário de saúde.....	48
1.4.2 – O enfrentamento médico da morte.....	49
1.5 – Busca do ideal de saúde e a “patologização” do envelhecimento humano.....	51
1.5.1 – Saúde, enfermidade e terceira idade.....	51
1.5.2 – O que os especialistas entendem por envelhecimento.....	53
1.5.3 – envelhecimento humano.....	54
1.5.4 – O envelhecimento olhado pelos diferentes prismas.....	56
1.5.4.1 – Idade Social.....	57
1.5.4.2 – Idade Biológica.....	58
1.5.4.3 – Idade Psicológica.....	59
1.5.5 – Teorias sociológica sobre o processo do envelhecimento.....	60
1.5.5.1 – Teoria da Atividade.....	61

1.5.5.2 - Teoria do Desengajamento.....	65
1.5.5.3 - Teoria da Modernização.....	68
1.6 – O nascimento de uma ideologia da saúde.....	72
1.6.1 - Uma visão histórica da capacidade laboral do idoso.....	72
2 – A SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL.....	78
2.1 – A Unificação do Movimento Sanitário.....	78
2.2 – Contexto: O Sistema Nacional de Saúde.....	79
2.2.1 – A criação do INPS.....	80
2.2.2 – Fortalecimento do setor privado.....	80
2.2.3 – A criação do INAMPS.....	81
2.2.4 – Mudanças no INAMPS.....	81
2.3 – A Saúde Pública.....	82
2.4 – A Nova República e a Saúde Pública.....	85
2.5 – A 8ª Conferência Nacional de Saúde.....	86
2.6 – Um Difícil Processo de Implantação.....	91
2.7 – O Sistema Único de Saúde.....	93
2.7.1 – Princípio da Universalidade.....	95
2.7.2 – Princípio da Equidade.....	97
2.7.3 – Princípio da Integralidade.....	98
2.7.4 – Descentralização.....	101
2.7.5 – Regionalização e Hierarquização.....	107
2.7.6 – Controle Social.....	109
2.8 – Regras Definidas pela Norma Operacional de Assistência à Saúde.....	114
2.9 – A Emenda Constitucional Nº 29/2000.....	116
2.10 – Evolução Recente nos Gastos Federais com a Saúde.....	117
3 – JUDICIALIZAÇÃO E ATIVISMO JUDICIAL.....	118
3.1 – Separação de Poderes.....	118
3.2 – Mínimo Existencial.....	120
3.3 – Judicialização.....	121

3.3.1 – O conceito de judicialização.....	124
3.3.2 – O uso nacional do conceito e sua utilidade para as pesquisas comparadas.....	127
3.3.3 – Causas de judicialização.....	129
3.3.4 – O conceito de politização do judiciário.....	130
3.3.5 – Limites da judicialização.....	132
3.3.6 – Críticas a judicialização.....	133
3.3.6.1 – Riscos para a legitimidade democrática.....	133
3.3.6.2 – Riscos para a politização da justiça.....	134
3.3.6.3 – A capacidade institucional do judiciário e seus limites.....	135
3.3.7 – Crítica ao conceito de judicialização.....	136
3.3.8 – Juridicização.....	137
3.3.9 – Judicialização da saúde.....	138
3.4 – Ativismo Judicial	142
3.4.1 – Auto-contenção.....	145
3.4.2 – Limite do ativismo.....	146
3.4.3 – Defesa do ativismo.....	148
3.4.4 – Crítica ao ativismo.....	150
4 – JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE – UM ESTUDO DE CASO	153
4.1 – Introdução	153
4.2 – Possível Causa da Judicialização	156
4.3 – Estudo Sobre a Judicialização – O Caso de São Paulo	158
4.4 – Estudo Sobre a Judicialização – O Caso do Rio de Janeiro	167
4.4.1 – Reflexões sobre o caso.....	169
4.4.2 – O justo em saúde.....	175
4.5 – Uma análise Sobre o Orçamento Sanitário	175
4.6 – Atritos e Obstáculos da Judicialização Fluminense	183
CONCLUSÃO	192
REFERÊNCIAS	196